

O *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757)* de João Daniel e a História da Alimentação

TAINÁ GUIMARÃES PASCHOAL*

Resumo

A proposta do texto é apresentar um panorama da obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do padre João Daniel. Esta fonte retrata a região amazônica entre os anos de 1741-1757, período em que o padre jesuíta lá viveu. Pretende-se traçar um panorama político e territorial da região, permeado pela ideia dos caminhos da vida de João Daniel e a questão das fronteiras políticas e culturais enfrentadas. Também se propõe o estudo do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* como uma fonte para a área de História da Alimentação no Brasil.

A vida de João Daniel e a obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*

O padre João Daniel nasceu em Travassos, Portugal, em 24 de julho de 1722. Aos 17 anos ingressou na Companhia de Jesus, em Lisboa, e aos 19, foi mandado para o estado do Maranhão e Grão-Pará, no Brasil. Terminou sua formação estudando Humanidades e Filosofia no Colégio de São Luís. Ordenou-se padre em 1751 e iniciou seus trabalhos como missionário, percorrendo aldeias e estabelecimentos rurais. No ano de 1757 foi deportado para Portugal junto com nove outros missionários¹, dois anos antes da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de todas as suas possessões ultramarinas. Permaneceu por quatro anos no forte de Almeida, sendo depois transferido para a torre de São Julião. Lá viveu recluso por cerca de quatorze anos e faleceu em 19 de janeiro de 1776. Acredita-se que a obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* tenha sido escrita durante os seus 19 anos de prisão, o que implicaria na utilização de sua memória como principal fonte, além das reminiscências dos outros padres presos.

* Universidade Estadual de Campinas. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leila Mezan Algranti. Agência financiadora: CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

¹ “Como o motivo da sua prisão e extradição é apontada a discordância do *Diretório dos Índios*, uma lei editada em 1755 pelo Marques de Pombal, e implementada pelo seu irmão Francisco Xavier de Mandonça Furtado.” (SIEWIERSKI, 2008:18).

Não se pode desvincular as experiências e condições de vida de João Daniel de sua produção escrita: homem branco, letrado, padre, jesuíta, viajante e europeu. Todas essas características precisam ser ressaltadas a fim de que não se encare a obra como um retrato fiel e verdadeiro da Amazônia do período. É indispensável pensar, também, a quem se destinava o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* e os motivos pelos quais ele foi escrito. Não podemos esquecer que as condições de João Daniel eram precárias para a constituição da obra e envolviam a escassez de papel e a impossibilidade de acessar fontes ou livros em uma biblioteca. Mesmo com tais dificuldades, João Daniel julgou importante a sua atividade e nela persistiu: “[...] como se acaba já o papel, e por outra estes inventos necessitam de se conferir, fiquem reservados para melhor tempo, ou para quem tenha [riscado] e nela comodidade, e instrumentos [...]”² (DANIEL, 2004:621).

O *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* é uma obra extensa e serve como fonte para entender os contextos políticos, econômicos e sociais da região. Ana Emília da Luz Lobato (2009:17) faz um histórico dos caminhos da obra até sua publicação completa:

Os manuscritos das primeiras cinco partes pertenciam ao acervo da Real Biblioteca, que vieram para o Brasil com a família real portuguesa em 1808; pertencem, atualmente, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Uma segunda versão da Parte Quinta, menor que a primeira, e a Parte Sexta, pertencem ao Arquivo de Évora. A Biblioteca Nacional, em 1976, publicou pela primeira vez o texto na íntegra e, para isso, recebeu em microfilme as partes pertencentes à Biblioteca de Évora. Antes disso, em 1820, a Parte Quinta (do manuscrito de Évora) havia sido publicada pela Imprensa Real do Rio de Janeiro; a Parte Segunda em 1840, pela Revista do IHGB, com nota preliminar de Varnhagen; e a Parte Sexta em 1878, também pela Revista do IHGB, com nota de Estevão Xavier da Cunha.

Em 2004, a editora Contraponto publicou a obra completa dividida em dois volumes, a partir da versão de 1976, da Biblioteca Nacional. Vale lembrar que, recentemente, em 2006, Antonio Porro descobriu outros capítulos pertencentes à Terceira Parte.³

Quanto à obra, Kelerson Semerene Costa nos aponta algumas especificidades e relevâncias: ela é uma exceção já que “Depois do banimento, em 1759, nenhuma obra saída da pena de algum missionário daquela Ordem veio à luz tendo como objeto a América portuguesa” (COSTA, 2007:96). Compara, ainda, o contexto divergente da produção de João

² Frase no capítulo 14º da sexta parte do manuscrito em que o autor ressaltou a precária condição de escrita e sua impossibilidade de testar os inventos para o desenvolvimento amazônico.

³ Ver: (PORRO, 2006:127-147).

Daniel à de outros religiosos espanhóis e ressalta: diversamente daquele, que estava preso e exilado, os religiosos espanhóis exilados estavam em liberdade, o que lhes permitiu refletir e entrar em contato com o acervo das bibliotecas, além de conviver com as ideias circulantes pela Europa; os espanhóis publicaram rapidamente suas obras em comparação com a tardia publicação de João Daniel. Kelerson (COSTA, 2007:97) termina constatando a obra de grande importância:

Em primeiro lugar, por ser o autor – à exceção do padre Gabriel Malagrida – voz única entre os jesuítas que serviram na Amazônia silenciados por Pombal. Em segundo lugar, por ser das poucas obras escritas por alguém que tanto viveu na Amazônia “pré-pombalina” como também testemunhou a implementação das principais reformas de Pombal para a região.

A obra é dividida em seis partes. A Parte Primeira do *Tesouro* se refere ao rio Amazonas e seus afluentes, os peixes e aves da região, além das pragas e cobras. Na Parte Segunda, intitulada “Notícia geral dos índios seus naturais, e de algumas nações em particular. Da sua fé, costumes, e das cousas mais notáveis da sua rusticidade”, apresenta basicamente os costumes e práticas indígenas, como religião, habilidades, antropofagia, doenças, etc. Na Parte Terceira, “Dá notícia da sua muita riqueza nas suas minas ou nos seus muitos, e preciosos haveres, e na muita fertilidade das suas margens”, fala sobre as farinhas, frutos e frutas, madeiras e ervas, além das palmeiras; além de listar, em ordem alfabética, o que considera serem os tesouros do Amazonas, como aguardente, açúcar, cacau e pimentas. A Parte Quarta, de nome “do Tesouro descoberto no rio Amazonas”, funciona como um preâmbulo para a Parte Quinta, relatando sobre a agricultura, os engenhos de açúcar e aguardente, a pesca e o transporte. Nas Partes Quinta e Sexta, têm-se o Manuscrito de Évora, no qual João Daniel apresenta o seu projeto com soluções e inventos que poderiam ajudar a região a prosperar. Ele fala sobre a agricultura, a pesca, a navegação e o comércio e, por fim, apresenta alguns inventos que poderiam ser úteis.

A região do Amazonas

O Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, dividia a América em dois hemisférios com um meridiano distante 370 léguas das ilhas de Cabo Verde. A porção ocidental era da Espanha e a oriental, de Portugal. A partir deste Tratado, a região Amazônica pertenceria à

Espanha. Com a União Ibérica vigente entre 1580 e 1640 e as ameaças de dominação de ingleses e franceses, principalmente, foi possível a penetração de portugueses a fim de ocupar o território espanhol. Janaína Valéria Pinto Camilo (2008:77) comenta:

[...]mesmo definidas pelo Tratado de Tordesilhas como terras espanholas, com o nome de Nueva Andaluzia, eram consideradas pelos outros europeus como terra de ninguém, explicando, desse modo, as constantes investidas de ingleses, franceses, holandeses e portugueses na região.

Em 1713, o Tratado de Utrecht, firmado entre Portugal e França, estabeleceu os limites nas Terras do Cabo Norte, que passaram para a posse definitiva de Portugal, obrigando a saída dos franceses da região. Já em 1750, a assinatura do Tratado de Madri⁴ promoveu a normatização das fronteiras entre Espanha e Portugal⁵. Ele respeitou o princípio do *utis possidetis*, segundo o qual teria direito à terra quem efetivamente ocupava-a. Assim, “Em síntese, a Portugal pertencia tudo o que já vinha ocupando no rio Amazonas acima e no sertão, desde a fundação da cidade de Belém do Grão-Pará, no século XVII, inclusive os distritos de Cuiabá e Mato Grosso[...]” (CAMILO, 2008:172) e “Pelo Tratado, portanto, a Amazônia ficaria dividida entre as duas coroas, a parte ocidental para os portugueses e a parte oriental para os espanhóis.” (CAMILO, 2008:172)

Além dos aspectos propriamente jurídicos, é necessário destacar os esforços de povoamento e expansão que aconteceram durante esse período de tensões e negociações:

A região amazônica não ficou, necessariamente, refratária ao processo de colonização. Enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do Nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e viajantes aventuravam-se. Era um movimento que criava caminhos. E surgiam as fronteiras. Essas, não só espaciais. Apareciam aquelas humanas com variados grupos indígenas (GOMES, 1999:12).

⁴ Vale ressaltar que o Tratado de Madri pretendia substituir o antigo Tratado de Tordesilhas, que não tinha seus limites respeitados. Um dos principais pontos de discordância entre os países situava-se na região sul, na chamada Colônia do Sacramento. Pelo Tratado de Madri ela tornou-se, finalmente, posse da Espanha.

⁵ “Quando do término da União Ibérica (1640) e a consequente restauração da autonomia portuguesa, o processo de ocupação lusitana na Amazônia já estava praticamente consolidado, forçando a redefinição das fronteiras entre os dois impérios, o que ocorreu mediante o Tratado de Madri, assinado em 1750, através do qual a Espanha reconheceu formalmente o direito de Portugal sobre a maior parte da vasta região amazônica.” (COLARES, 2003:79).

Os entradistas portugueses foram responsáveis por expandir os domínios portugueses e a manutenção da terra foi garantida pelo estabelecimento de fortificações e aldeias⁶. Nesse contexto, as ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, foram responsáveis pela manutenção dos territórios conquistados.

Os caminhos a que Flávio dos Santos Gomes se refere foram criados pelos esforços portugueses de expandir seu território. A própria vida de João Daniel, como um padre jesuíta, pode ser encarada como um caminho. O seu caminho era percorrer as vilas e estabelecimentos rurais, funcionando como um mediador entre o colono europeu e os índios locais. A criação de caminhos promoveu, conseqüentemente, o estabelecimento de fronteiras, como foi destacado por Flávio dos Santos Gomes. Em um primeiro momento, elas se constituem como fronteiras muito permeáveis, pouco delimitadas; uma vez que os portugueses avançavam sobre território espanhol. É por essa razão que elas aparecem como zonas de tensão, sendo o povoamento de fundamental importância, a fim de legitimar a conquista.

Essa ideia de caminhos e fronteiras, porém, pode ser analisada a partir de outros aspectos, não apenas os físicos e geográficos. Sérgio Buarque de Holanda (1994:12), por exemplo, analisa outras questões pertinentes:

Se o aceno ao caminho, “que convida ao movimento”, quer apontar exatamente para a mobilidade característica, sobretudo nos séculos iniciais, das populações do planalto paulista – em contraste com as que, seguindo a tradição mais constante da colonização portuguesa, se fixaram junto à marinha –, o fato é que essa própria mobilidade é condicionada entre elas e irá, por sua vez, condicionar a situação implicada na ideia de “fronteira”. Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam [...].

No campo pessoal, por sua vez, é possível pensar a vida de João Daniel como um grande caminho percorrido e que, portanto, está sendo descoberto e ainda por definir-se. O caminho possibilitava o encontro cultural, mas também instituía a fronteira. Ela era uma presença constante por entre os caminhos de João Daniel, nos quais ele possivelmente se deparava com a figura do índio como um “outro”.

⁶ “Assim, com esse movimento constante de sertanistas e navegadores, além do alargamento das fronteiras portuguesas no Brasil, houve uma mudança na paisagem amazônica – lugar que nos interessa diretamente –, haja vista o fato de que, ali, os europeus e seus descendentes diretos construíram vilas, fortificaram o litoral e fundaram aldeamentos.” (CAMILO, 2008:77).

A alimentação e a História

O estudo da alimentação como objeto da História nos permite compreender diversos aspectos de uma sociedade: seu convívio, hierarquia, distinções, além da nutrição, da tecnologia para a produção de utensílios, doenças, entre outros. Carlos Roberto Antunes dos Santos (2005:12) ressalta que “O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanência e mudanças dos hábitos e práticas alimentares têm referências na própria dinâmica social”. E completa: “Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois constitui atitudes ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro.” (SANTOS, 2005:12). Paula Pinto e Silva (2008:13) também sugere uma reflexão interessante:

Mas o ato de comer não é igual em todas as sociedades. Ao contrário, é exatamente a diferença, marcada na escolha e na preparação dos alimentos, reforçada no modo de servir e de se comportar à mesa, que faz com que os estudos sobre alimentação sejam sempre boas possibilidades de se falar, para além da comida, de símbolos, regras e representações sobre o lugar em que se vive ou se imagina viver.

Massimo Montanari (2008:15-16) nos destaca outro viés ao explorar a ideia de pensar a comida como manifestação da cultura:

Comida é cultura quando produzida, porque o homem não utiliza apenas o que encontra na natureza (como fazem todas as outras espécies animais), mas ambiciona também criar a própria comida, sobrepondo a atividade de produção à de predação. Comida é cultura quando preparada, porque, uma vez adquiridos os produtos-base de sua alimentação, o homem os transforma mediante o uso do fogo e de uma elaborada tecnologia que se exprime nas práticas de cozinha. Comida é cultura quando consumida, porque o homem, embora podendo comer de tudo, ou talvez justamente por isso, na verdade não come qualquer coisa, mas escolhe a própria comida, com critérios ligados tanto às dimensões econômicas e nutricionais do gesto quanto aos valores simbólicos de que a própria comida se reveste. Por meio de tais percursos, a comida se apresenta como elemento decisivo da identidade humana e como um dos mais eficazes instrumentos para comunicá-la.

A alimentação surge como mais um campo de possibilidades para o historiador, no qual ele explora diversas vertentes. É a partir dessa variedade que a obra de João Daniel servirá como uma fonte para o estudo da História da Alimentação.

Ao pensarmos a alimentação, a partir do conhecimento histórico, é necessário entendê-la como uma manifestação cultural que ocorre em determinada sociedade e em um tempo específico. Alimentar-se significa escolher: o que se come; de que forma se come; o lugar que se come; a que horas se come; e as pessoas com que se compartilha esse ato social. Para a História, a alimentação nos traz diversas formas e possibilidades de estudo, que vão além de

analisar, simplesmente, os produtos e quantidades consumidas. Entender a dinâmica que envolve o comer em uma sociedade significa, também, compreender de que forma ela se organiza, como esses alimentos são distribuídos; além de revelar aspectos como as hierarquias sociais. O comer ultrapassa as formas de relações sociais o que torna possível, a partir da alimentação, estudarmos diversos assuntos como política, economia e biologia.

A alimentação na obra de João Daniel

O estudo propõe destacar os aspectos relacionados à alimentação presentes na obra. Essa escolha permite analisar o domínio português a partir de outro viés. A alimentação permite compreender o intercâmbio cultural que acontece entre os colonos e os colonizados, além de demonstrar os caminhos que um produto percorria no Império colonial. Ela permite analisar a própria hierarquia social, uma vez que o alimento também funciona como uma possibilidade de classificação do indivíduo no interior da sociedade. O alimento tem especial relevância na região estudada, pois possibilita entender como funcionavam as trocas e o próprio abastecimento local. Outro possível aspecto de entendimento consiste em investigar as relações entre o que a natureza fornecia de alimentos e o que de fato era utilizado, fosse pelos próprios índios ou pelos europeus. A obra de João Daniel retrata com bastante detalhes os animais, plantas e especiarias, ressaltando as formas de obtenção e consumo desses produtos. O padre jesuíta demonstra vasta cultura ao descrever os animais do ponto de vista biológico e comparar os diversos alimentos com outros já conhecidos e usados na Europa. Os 16 anos vividos na Amazônia explicam a vastidão da obra e dos conhecimentos adquiridos.

Referências Bibliográficas

- CAMILO, Janaína Valéria Pinto. *A medida da Floresta as viagens de exploração e demarcação pelo País das Amazonas (séculos XVII e XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 6 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000444633>>. Acesso em: 21 mar. 2012.
- COSTA, Kelerson Semerene. *Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, 1997, v.14, suplemento, p.95-

- 112, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.
- COLARES, Anselmo Alencar. *Colonização, catequese e educação no Grão-Pará*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas 24 fev. 2003. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000289848>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, 2 v.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII-XIX)*. Belém: Editora Universitária/UFGPA, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- LOBATO, Ana Emília da Luz. *O tesouro escondido na Amazônia: um estudo sobre natureza, trabalho e riqueza na obra do jesuíta João Daniel*. Tese (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-24112009-143314/pt-br.php>>. Acesso em: 22 maio 2013.
- MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.
- PORRO, Antonio. Um “tesouro” redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 43, p.127-147, set. 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rieb/n43/a06n43.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2012.
- SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 11-31, 2005. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/4643/3797>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- SIEWIERSKI, Henryk. *Expulsão da Amazônia e a sua reconquista no Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas do Pe. João Daniel*. 2008. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/H_Siewierski.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2012.